

Álcool e petróleo — aspectos da questão

JOEL MENDES RENNÓ*

Um ponto crítico do programa do álcool para a Petrobrás é a transferência do ônus financeiro da atividade para a empresa. Essa questão ainda não se encontra satisfatoriamente equacionada.

A contribuição da Petrobrás para a consagração do álcool, no Brasil, como importante combustível, foi de fato decisiva.

Inicialmente, a estatal colocou à disposição dos produtores, todos privados, sua tancagem, oleodutos, navios e terminais. Sem essa integração o álcool ficaria restrito a apenas três ou quatro estados, jamais cobrindo todo o território nacional. O programa não ganharia a necessária dimensão e o produto, talvez, nem sobrevivesse como energético, pois seriam indispensáveis vultosos recursos financeiros para implantar uma infra-estrutura nacional de distribuição, equivalente à dos derivados do petróleo.

A Petrobrás Distribuidora-BR se incumbiu de levar o álcool a todas as partes do Brasil. Este foi um papel de fundamental importância!

Com a introdução do álcool na matriz energética, passou a ocorrer uma grande economia de gasolina e o país saiu de um mercado deste produto de 280 mil barris por dia (bpd), em 1976, para um volume de 126 mil/bpd em 1988, o que permitiu um recorde de exportação de 81 mil/bpd de gasolina para os EUA.

Com um efetivo projeto de adaptações tecnológicas e operacionais, o denominado Programa Fundo de Barril, foi possível modificar o perfil de produção de combustíveis, ajustando-o ao mercado.

Diante do desafio de produzir menos gasolina e óleo combustível e mais diesel, o esforço desenvolvido pela empresa permitiu o consumo crescente de álcool como energético.

No Brasil, como os carros já saem de fábrica calibrados para a adição de 22% de álcool à gasolina, não há oxigênio em excesso ao se adicionar álcool, o que não produz nenhum efeito na redução de monóxido de carbono na atmosfera.

Um ponto crítico do programa do álcool para a companhia é o da transferência do ônus financeiro da atividade para a Petrobrás. Até hoje essa questão não se encontra corretamente resolvida. O consumidor de gasolina subsidia o álcool, o governo assume a dívida para com a estatal, que perde caixa equivalente a este valor. Em 1994 foram 450 milhões de dólares equivalentes. Assim, a grande parceria no lado operacional, que fornece álcool para o país inteiro, não se reflete no lado financeiro.

Há uma conta álcool acumulada, que representa perda de receita da estatal e dívida do governo da ordem de US$1,4 bilhão.

Os preços dos derivados encontram-se ainda cerca de 20% abaixo dos internacionais, na porta de nossas refinarias — e, em conseqüência, a remuneração do álcool, cujo preço não pode passar de 80% do preço da gasolina, fica também contida. Nesse caso, a solução tem sido aumentar a parcela do preço da gasolina para subsidiar o álcool, elevando o déficit para com a companhia. Desse modo, a convivência álcool-gasolina precisaria ser rediscutida e novos conceitos deveriam substituir ultrapassados paradigmas.

Outro fator que merece destaque é o da mistura de álcool anidro à gasolina. Nos EUA, de longe o maior consumidor mundial desse produto, a lei determina a adição de, no mínimo, 3% de oxigenados — o que equivale a cerca de 10% de álcool na gasolina — em certos períodos do ano, para ajudar no combate à poluição por monóxido de carbono. Os carros norte-americanos saem de fábrica calibrados para 100% de gasolina e 0% de oxigenados. Nesse caso, a adição de oxigênio em excesso ao que define a calibragem faz, sem nenhuma dúvida, reduzir a produção de monóxido de carbono, efeito desejado pelo legislador e pela sociedade norte-americana.

No Brasil, por sua vez, como os carros já saem de fábrica calibrados para a adição de 22% de álcool à gasolina, não há oxigênio em excesso ao se adicionar álcool, o que não produz ne-

* Presidente da Petrobrás.

nhum efeito na desejada redução de monóxido de carbono na atmosfera.

Na cidade de São Paulo, por exemplo, se os veículos fossem regulados para 0% de álcool na gasolina e usassem gasolina com 10% de álcool, a emissão de monóxido de carbono cairia até 30%, dependendo do modelo do automóvel.

O setor alcooleiro e o setor petróleo têm problemas específicos de produção, de mercado, de importação e exportação.

Seria desejável usar o álcool no Brasil para reduzir a emissão de monóxido de carbono, como se faz em outros países, com inegável benefício para o meio ambiente.

Vários países que, por vezes, exportam álcool para o Brasil vão utilizar o produto adicionando até 10% dele à gasolina em carros calibrados para 0% de adição de oxigênio. Ou seja, o poder antipoluente do álcool (redução do monóxido de carbono) será aproveitado de forma tecnicamente adequada.

Observa-se, pelo exposto, que existem questões importantes na equação energética nacional. O setor alcooleiro e o setor petróleo têm problemas específicos de produção, de mercado, de importação e exportação.

É da maior importância harmonizar ainda mais os interesses e o desempenho desses setores, tendo em vista proporcionar à nossa sociedade continuado atendimento e às empresas produtoras remuneração compatível.

O país vive presentemente uma situação bastante diversa daquela da década de 70, época da criação do Proálcool. Hoje, o Brasil tem petróleo. E tem álcool.

NOTÍCIAS DO SETOR

EUA — cresce mercado de etanol

O consumo de etanol nos EUA deverá chegar a 11,3 bilhões de litros em 1998, quando atingirá nível semelhante ao do Proálcool brasileiro, com crescimento médio de 12% ao ano, segundo projeções do Freedomia Group, daquele país.

Etanol — novo programa no Canadá

Setenta milhões de dólares foram destinados à nova linha de crédito criada pelo governo canadense, que estará disponível na virada do século (1999 a 2005), para um programa nacional de etanol da biomassa. Anunciado em dezembro, o Proálcool canadense deverá aumentar consideravelmente a capacidade de produção de álcool combustível no Canadá.

Biomassa — energia da nova era

Nos próximos 15 anos, o consumo energético brasileiro deverá crescer cerca de 80%. O programa Diretrizes Sociais do novo governo destaca dois objetivos como saída para a quase duplicação do consumo de energia no país: apoio à produção descentralizada de biocombustíveis, visando reduzir os custos dos insumos energéticos e gerar emprego na agricultura e na agroindústria; e racionalização do uso de combustíveis e energia elétrica, orientando-os para uma maior descentralização das ações e para ajustes às diferentes realidades regionais, com ênfase no aproveitamento de fontes alternativas locais.

Brasil — líder em energia renovável

O Brasil possui o melhor perfil de energia renovável do planeta. Enquanto os combustíveis fósseis respondem por apenas 37% da oferta interna de energia, outras formas de energia, como a hidráulica, a gerada pela lenha e por produtos da cana, somam 63% do perfil energético brasileiro. Na matriz energética renovável, 16% são provenientes de produtos da cana-de-açúcar.

Geplacea — novo secretário-geral

Na última assembléia geral do Grupo Executivo dos Países Latino-Americanos e do Caribe Produtores e Exportadores de Açúcar e Álcool, a posse da Secretaria-Geral passou do argentino Jose Cerro para o brasileiro Luís Custódio Cotta Martins.

Setor sucroalcooleiro — administração governamental transferida para o Mict

A reforma administrativa do governo federal, criada pela Medida Provisória nº 813, de 1º de janeiro de 1995, extinguiu o Ministério da Integração Regional, transferindo o controle do setor sucroalcooleiro para o Ministério da Indústria, do Comércio e do Turismo. A Portaria Mict nº 11, de 12 de janeiro de 1995, atribuiu à Secretaria de Política Comercial (SPC/Mict) a gestão da ação governamental sobre o setor sucroalcooleiro, sendo nomeado titular dessa secretaria o dr. Luís Milton Velloso Costa, servidor público de carreira.

Reconhecimento

Foi designada responsável pelos assuntos sucroalcooleiros do Mict a economista Elisabete Serodio, funcionária de carreira do serviço público federal, que já exerceu a Presidência do extinto IAA e dirigiu seu Departamento de Planejamento.

Grupo de Trabalho interministerial — preços do setor sucroalcooleiro serão analisados

A Portaria Interministerial nº 38, de 1º de fevereiro de 1995, criou um grupo de trabalho interministerial para tratar de assuntos relacionados com a remuneração aos produtores de cana, açúcar e álcool.

O grupo de trabalho será integrado por representantes da Secretaria de Acompanhamento Econômico do Ministério da Fazenda e da Secretaria de Política Comercial do Ministério da Indústria, do Comércio e do Turismo.

O titular da Secretaria de Acompanhamento Econômico do Minifaz, na qualidade de coordenador do grupo, poderá convidar representantes de outros órgãos ou entidades, cuja participação considere relevante, para o desempenho de suas atribuições.

Grupo de monitoramento de preços — planilha do IBRE/FGV é analisada

No dia 2 de fevereiro, o Grupo de Monitoramento de Preços do Setor Sucroalcooleiro, composto por representantes do governo (Minifaz e Mict) e do IBRE/FGV e por técnicos da agroindústria canavieira, analisou a metodologia das planilhas de custos médios de produção, pesquisadas e atualizadas pelos técnicos da Fundação Getulio Vargas.

Os representantes do governo ficaram de entregar o resultado da avaliação ao dr. José Milton Dallari, para discussão no âmbito do Grupo Técnico Interministerial criado pela Portaria Minifaz/Mict nº 38/95.

Fonte das informações: *Agrinews* e *Datagro*.